

UM PASSO À FRENTE NA INFORMAÇÃO

SEM REPLAY



A governadora em exercício de Brasília, Celina Leão (PP), criou um Gabinete de Mobilização Institucional para executar o plano de segurança para o feriado de 7 de Setembro. O grupo foi criado após o ministro da Justiça Flávio Dino enviar ao Governo do Distrito Federal um alerta sobre convocações para atos de manifestação na data. Hoje, o general G.Dias, ex-chefe do GSI que ciceroneou no Planalto manifestantes em 8 de janeiro, prestou depoimento na CPMI e acusou a PMDF pelas falhas na segurança. Leia mais nesta edição.



BRASIL

Quinta-feira, 24 de agosto de 2023 - nº 831
Às 19 horas

NOSSO TIME

Diretor Geral: **José Nivaldo Junior**. Dir. de Redação: **Antônio Magalhães**.
Repórter Especial: **Hylda Cavalcanti**. Editor Regional NE: **Severino Lopes** Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues**.

UM EMPREENDIMENTO GLOBALZ CONSULTORIA

STF VAI DECIDIR SE JULGA OS SEM FORO PRIVILEGIADO

A defesa de Jair Bolsonaro pretende insistir para que o plenário do STF decida se o ministro Alexandre de Moraes tem competência para decidir sobre o caso das joias, uma vez que todos os investigados nessa ação não detêm foro privilegiado. “Não exercemos um simples direito ao silêncio. O STF não tem competência para tratar desse assunto”, disse Paulo Cunha Bueno, advogado do ex-presidente. Leia mais nesta edição.

INDÍGENAS PODEM RETOMAR O BRASIL

O ministro do STF Luís Roberto Barroso votou agora à tarde contra limitar demarcação de terras indígenas. A tese do Marco Temporal, valendo as demarcações de terras indígenas que existiam na assinatura da nova Constituição em outubro de 1988, pode ser derrubado pelo Supremo, possibilitando a expansão das reservas. O placar está 4 a 2 contra o Marco Temporal.

CONGRESSO NA DISPUTA

Paralelo a essa discussão sobre constitucionalidade ou não do Marco Temporal das terras indígenas, tramita no Senado, depois de aprovada na Câmara, a decisão de respeitar as terras demarcadas em outubro de 1988. É uma corrida contra o tempo. E o STF pode vencer. Então qualquer parte do Brasil pode ser retomada por indígenas. Seus antepassados eram os donos.

INSEGURANÇA JURÍDICA

Além da insegurança jurídica trazida pelo fim do Marco Temporal, um estudo elaborado pelo Observatório Jurídico do Agro da Confederação da Agricultura e Pecuária aponta que caso o STF invalide o Marco Temporal, as áreas demarcadas no Brasil passariam de 14,1% (de 119,8 milhões de hectares) para 27,8% 236,92 milhões de hectares.

TERRAS DO TAMANHO DA EUROPA

Hoje, o percentual do território nacional destinado a terras indígenas já equivale a área de países como Portugal, Espanha, França e Suíça somados, com as novas áreas que poderão ser comprometidas teremos que somar áreas equivalentes a Alemanha, Inglaterra, Itália, Grécia, Hungria e Sérvia.

Postado em www.opoder.com.br

Grãos selecionados
para você.



**REDE
PERNAMBUCO**
DE SUPERMERCADOS

Lugar de comprar barato!

 rede_pernambuco
 redepernambucodesupermercados

DESCONTO NA FOLHA

LULA ALERTA PARA O RISCO DA DESONERAÇÃO



O presidente Lula participou hoje da cerimônia de anúncio dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Piauí. Durante seu discurso, ele comentou a prorrogação da desoneração da folha de pagamento, aprovada ontem pela Câmara dos Deputados e afirmou que o governo está atento à situação dos prefeitos, com a queda de arrecadação.

DEVE BENEFICIAR TRABALHADOR E MUNICÍPIOS

“É preciso saber se a desoneração vai beneficiar só o empresário ou se vai beneficiar os trabalhadores, que têm direito de ganhar alguma coisa pelo benefício que o governo deu para aquele setor da economia”, pontuou. Lula afirmou que são os municípios que perdem com a desoneração por conta do repasse da arrecadação e que, se a classe trabalhadora não for incluída na discussão, os dois lados saem perdendo.

APROVADO PELA CÂMARA

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira, 30, o projeto de lei que trata da desoneração da folha de pagamento por 430 votos a 17. A medida prorroga até 2027 benefícios para 17 setores da economia e permite que empresas paguem impostos correspondentes a entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta, ao invés de 20% sobre a folha de pagamento de salários. O projeto agora deverá ser avaliado pelo Senado Federal.

HADDAD NÃO GOSTOU

Na prática, a aprovação do PL da desoneração representa uma derrota política do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT). O chefe da equipe econômica classificou como “inconstitucional” a prorrogação da medida e chegou a pedir ao Congresso Nacional que esperasse até dezembro para discutir o tema.

Postado em www.opoder.com.br

JUSTIÇA AUTORIZA

REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE OBRA ATRASADA

Hylda Cavalcanti



Saiu do Judiciário, recentemente, uma notícia boa para as pessoas que compram o

apartamento na planta. Toda família tem um ente que passou por aquele caso em que a imobiliária promete entregar numa data “X” e atrasam e atrasa. Às vezes, até mais de um ano, obrigando os compradores a alugarem outro imóvel enquanto esperam ou se alojarem nas casas de pais e sogros. Agora, a justiça decidiu que nestes casos, quando o atraso passar de um limite considerado razoável, os compradores do imóvel podem desfazer o contrato de compra e reivindicar a devolução das prestações e entradas que foram pagas, inclusive com reajuste.

CABE RECURSO

A decisão, que ainda pode ser objeto de recurso em instâncias superiores, foi tomada por um caso julgado na 28ª Vara Cível de Goiânia (GO) mas foi comemorada por várias entidades de pessoas prejudicadas com atrasos nas compras de imóveis em todo o país. “Temos esperança que isso se transforme numa jurisprudência forte daqui por diante em todos os estados”, afirmou a advogada Daniella Almeida.

SUSPENSÃO

O juiz Sandro Cássio de Melo Fagundes afirmou, na peça jurídica, que “à luz do princípio da liberdade contratual e da autonomia de vontade, se o contratante não concorda em continuar com o contrato celebrado, não há como obrigá-lo a manter em vigor a avença somente para atender aos interesses da contratada”. E autorizou a suspensão do contrato de compra e venda de apartamentos de um edifício cuja entrega está atrasada desde 2017.

LIBERDADE

No caso em questão, os compradores, diante da demora, deixaram de pagar as prestações até que a entrega das chaves fosse efetuada e receberam da imobiliária o valor reajusto com juros e ameaças de incluir o nome de todos no Serasa. Segundo o magistrado, “ninguém é obrigado a contratar ou manter-se num contrato, quando não mais existem motivos que justifiquem a avença”.

Postado em www.opoder.com.br

CONSUMO CRESCER POUCO



Em meio ao ambiente de juros altos e endividamento elevado, os brasileiros permanecem com dificuldade de recuperar o patamar de consumo de produtos não essenciais que exibiam no pré-pandemia, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

FALTA DE FÔLEGUE

No segundo trimestre deste ano, o Con-

sumo das Famílias cresceu modestamente, alta de 0,4% em relação ao primeiro trimestre, contribuindo para o freio no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que teria subido apenas 0,2% no período, conforme estimou a FGV. A falta de fôlego reside na aquisição de bens em segmentos mais dependentes do crédito, enquanto a compra de itens essenciais e serviços permanece resiliente.

HADDAD IMPÕE AÇÃO DO CONGRESSO PARA DAR CERTO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, hoje que será difícil aumentar a arrecadação no valor necessário para zerar o déficit nas contas do governo em 2024. "Não estamos negando o desafio, não estamos negando a dificuldade. Estamos reafirmando o compromisso da área econômica em obter o melhor resultado possível, levando em consideração a opinião do Congresso Nacional. Há um engajamento grande do Congresso, que não são medidas fáceis de deliberar".

PREVISÃO DE NOVO SALÁRIO MÍNIMO

A nova regra de correção fez o governo elevar a previsão para o salário mínimo no próximo ano. O projeto da Lei Orçamentária de 2024, enviado hoje ao Congresso, prevê o mínimo de R\$ 1.421, R\$ 32 mais alto que o valor de R\$ 1.389 proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O valor, confirmado pela ministra Simone Tebet, representa aumento real (acima da inflação) de 7,7% em relação a 2023.

APAGÃO NÃO PODE DEDITIR

O Ministério de Minas e Energia reiterou o pedido à Eletrobras para suspender o plano de demissão voluntária (PDV) da companhia. Em ofício assinado pelo ministro Alexandre Silveira, a pasta reforçou uma solicitação de julho, quando sinalizou preocupações quanto ao potencial impacto da saída de funcionários estratégicos na continuidade da prestação de serviços da companhia.

15 DIAS SEM INFORMAR O QUE ACONTECEU

O apagão de 15 de agosto serviu como ar-

gumento para reforçar o pedido. No ofício, Silveira cita que “o evento originário, chamado de ‘evento zero’, ocorreu em ativos operados pela Companhia Hidro Energética do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras”.

LOBBY SINDICAL

É impensável que uma empresa, qualquer uma, venha a dispensar funcionários a ponto de prejudicar o negócio e comprometer a lucratividade, principalmente no caso da Eletrobras quando está em jogo recurso milionário. A queixa do ministro é mais um atendimento ao lobby sindical que não quer deixar de fora os companheiros petistas de jornada.

Postado em www.opoder.com.br

ATRASO DAS SEGURADORAS

PRAZO PERDIDO. INDENIZAÇÃO COBRADA

Hylda Cavalcanti

Cada vez mais, as seguradoras de veículos, propriedades e outros segmentos têm es-



tabelecido prazos para a prestação de serviços aos usuários. Pelo menos em relação aos veículos, a situação tem sido aliviada nos últimos tempos por meio de decisões judiciais, em todo o país, que têm exigido indenização destas empresas neste sentido – mesmo diante de cláusulas contratuais que estabeleçam essa suposta “demora” (que tem sido consideradas abusivas pela maior parte dos magistrados).

DANO MORAL

Muitas decisões têm concluído que “a falta na prestação de serviço de seguro de

veículo a cliente configura dano moral indenizável, posto que a função deste tipo de empresa é justamente garantir que não haja transtornos ao segurado, e que seu problema seja resolvido de forma rápida e eficiente”.

GUINCHO

Um destes exemplos foi observado recentemente no Juizado Especial da Vila Prudente, em São Paulo, num caso em que um segurado ficou esperando horas por um guincho na estrada para pegar o carro quebrado. Ele precisou pegar um taxi para ir para casa e aguardar dia e hora em que a seguradora foi buscar o veículo.

MAIS EFICIÊNCIA

A juíza estabeleceu sentença de R\$ 4 mil por danos morais para o autor da ação e destacou que "o contrato de seguro de veículos tem como objetivo oferecer os serviços de maneira rápida e eficiente, o que não restou comprovado no presente feito". Sentenças deste tipo, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem sido cada vez mais comuns.

CPMI DO 8 DE JANEIRO

MILITAR ACUSA PM DE BRASÍLIA DE NÃO REAGIR A ATAQUES



O ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Marco Edson Gonçalves Dias, conhecido como G.Dias, atribuiu à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) a responsabilidade pela invasão às sedes dos Três Poderes, em especial ao Palácio do Planalto. O militar prestou depoimento nesta quinta-feira, 31, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro.

O ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Marco Edson Gonçalves Dias, conhecido como G.Dias, atribuiu à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) a responsabilidade pela invasão às sedes dos Três Poderes, em especial ao Palácio do Planalto. O militar prestou depoimento nesta quinta-feira, 31, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro.

O BODE EXPIATÓRIO DO G.DIAS

O ex-ministro afirmou em seu discurso inicial que o “plano escudo” foi ativado no dia 8 de janeiro, mas que a Polícia Militar do Distrito Federal não foi “eficaz” no desempenho de suas funções, o que, segundo ele, permitiu a escalada dos atos dos manifestantes. “O plano escudo do Planalto estava ativo e operante”, disse.

PARA EVITAR DERRAMAMENTO DE SANGUE

G.Dias ainda afirmou aos parlamentar que recebeu informações divergentes de seus subordinados na pasta e da Secretaria de

Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), o que o motivou a ir pessoalmente ao Palácio do Planalto inspecionar a situação. O general ainda afirmou ter atuado para evitar “derramamento de sangue”.

O HOMEM DA SEGURANÇA DO PLANALTO AVALIOU MAL

O ex-ministro ainda declarou que foi “conduzido a uma má avaliação dos fatos por ter recebido informações divergentes”. A oitiva de Dias era aguardada por membros da oposição do governo do presidente Lula, que questionaram o militar sobre a conduta que ele teve no dia do ataque aos prédios dos Três Poderes em Brasília.

PRESENÇA NO PLANALTO



G.Dias disse aos parlamentares da CPML

que agiria diferente caso soubesse com antecedências da ineficiência das forças de segurança do DF no dia 8 de janeiro. O ex-ministro afirmou que seria mais duro ao lidar com os manifestantes. Ainda segundo ele, a sua presença no Planalto naquele dia foi motivada pelas desconfianças com as informações que recebeu.

VÍDEO MOSTROU G.DIAS CICERONEANDO INVASORES



O ex-ministro foi flagrado pelas câmeras do Palácio escoltando manifestantes para fora do terceiro andar, onde fica o gabinete presidencial. O militar alega ter encaminhado os golpistas para que fossem presos no andar de baixo. Porém, o segundo andar do Palácio ainda não contava com a presença da PM no momento em que ele

dar, quando ocorreu a interação. O militar alegou que em momentos de gestão de crise é preciso fazer o “emprego parcelado da força”. “No início, não dava para fazer as prisões. Nós tínhamos que gerenciar aquela crise e evacuar as pessoas o mais rápido possível para a efetuar as prisões. Então, não adiantava sair batendo nas pessoas”, argumentou.

Postado em www.opoder.com.br

CASO DAS JOIAS

BOLSONARO FICA EM SILÊNCIO NA PF



O ex-presidente Jair Bolsonaro e a ex-primeira dama Michelle Bolsonaro ficaram em

O ex-presidente Jair Bolsonaro e a ex-primeira dama Michelle Bolsonaro ficaram em silêncio ao comparecer hoje para depoimentos na superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília, sobre o caso das joias. A mesma estratégia foi seguida pelo advogado Fabio Wajngarten e pelo assessor Marcelo Câmara, que estavam entre os oito intimados para depoimentos simultâneos.

PROCESSO É DA COMPETÊNCIA DA 1ª INSTÂNCIA

Eles alegaram que o STF (Supremo Tribunal Federal) não tem competência para as decisões sobre a investigação, já que Bolsonaro não tem mais foro privilegiado por ter deixado a Presidência. O argumento foi citado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em um parecer. Se a tese for confirmada, o caso deve ser encaminhado a um juiz de primeira instância.

ZANIN ARQUIVA AÇÃO CONTRA EX-PRESIDENTE

Já o ministro Cristiano Zanin, do STF, arquivou hoje uma ação movida pela Rede Sus-

tentabilidade contra o ex-presidente Bolsonaro por omissão na compra de vacinas no auge da pandemia. O argumento é que o processo perdeu o objeto, porque a crise da Covid-19 foi controlada e as vacinas aplicadas. A decisão afirma que o “quadro fático e sanitário” está “estabilizado”.

AÇÃO POLÍTICA DA REDE

A Rede, comandada por Marina Silva, hoje ministra de Lula, deu entrada na ação em outubro de 2020. O partido pedia que o governo Bolsonaro fosse obrigado a comprar a vacina Coronavac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com

TESTE DO PEZINHO

*Hylda
Cavalcanti*

APLICAÇÃO FALHA EM ALGUNS ESTADOS



O famoso teste do pezinho, tão importante para avaliação dos bebês e prevenção de muitas doenças, tem sido realizado de forma desequilibrada pelo sistema público de saúde nos estados brasileiros. A constatação foi feita por levantamento técnico da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo, formada por pediatras. Um dos diretores

da entidade, Carlos Gouvêa, fez um alerta esta semana sobre debate promovido pela Comissão de Saúde da Câmara, para o caso.

PERCENTUAIS

Segundo ele, dentre os estados em pior situação estão Piauí e Pernambuco, onde apenas 24% dos nascidos vivos têm sido objeto da coleta realizada na primeira semana de vida. De acordo com o estudo, em Alagoas esse percentual melhora um pouco, mas também é baixo: fica em torno de 40% dos nascidos vivos. O levantamento, por outro lado, aponta como estados onde há maior cobertura do teste São Paulo e Paraná, onde a coleta é feita, respectivamente, em 80% e 90% dos bebês. A campeã de testes é Brasília, capital do país, onde 97% dos nascidos são submetidos ao exame nos primeiros 7 dias de vida.

IDENTIFICAÇÃO DE DOENÇAS

O especialista explicou que o teste do pezinho é feito a partir da coleta de sangue no calcanhar dos recém-nascidos para identificar doenças metabólicas, genéticas e infecciosas. Para que a prevenção preco-

ce seja possível, a coleta deve ser efetuada entre o terceiro e o quinto dia de vida do bebê.

Postado em www.opoder.com.br

DIVERSIDADE RELIGIOSA

C O L U N A S E M A N A L

A RELIGIÃO LEIGA

Carlos André Cavalcanti

Historiador da UFPB e pós-doutor em Ciências da Religião



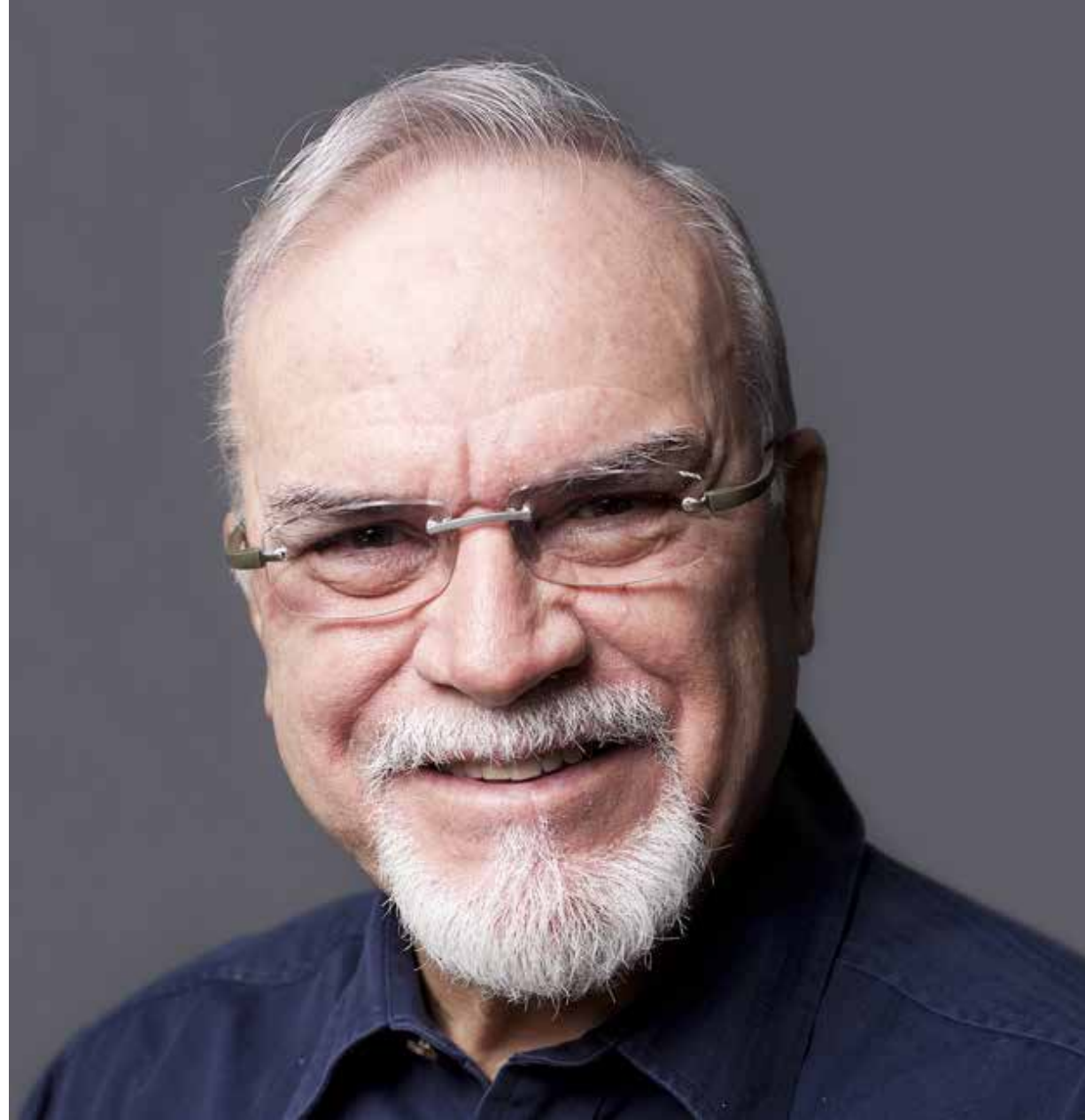
O historiador britânico Erick Hobsbawn tinha uma especial capacidade de escrever sobre temas culturais. Interessou-se, por exemplo, pelas histórias do jazz e do futebol. Para ele, a religião leiga da classe operária é o futebol. Logo aí, ver-se a sofisticação do pensamento dele, que considerava o conceito de religião de maneira abrangente, incluindo nele uma atividade humana que não é igreja e nem tem transcendência teísta. Hobsbawn foi muito longo e viveu boa parte do século 20, experimentando a história que ele mesmo analisava.

OPERÁRIOS DO FUTEBOL

O futebol nasceu aristocrático e foi literalmente conquistado pela classe trabalhadora no primeiro quartel do século 20. Foi na Inglaterra, berço do futebol, que a presença de times de operários no campeonato nacional forçou a definição de regras justas para o esporte. Estes primeiros clubes de operários no futebol representaram muito para a classe trabalhadora. No futebol, era possível expressar a esperança de derrotar as regras injustas impostas pelas classes dominantes em outro campo da vida: o trabalho! No Brasil, o Ferroviário do Ceará talvez seja o clube que melhor expressa esta característica histórica.

ROBERTO DA MATTA

Analizando o futebol brasileiro décadas depois, o antropólogo Roberto da Matta viu no futebol o campo de expressão das disputas sociais brasileiras de maneira menos injusta e mais previsível, pois o futebol tem regras que faltam à sociedade brasileira. Hobsbawm e Matta ressaltaram o importante papel do futebol para o relacionamento social e para a Esperança dos trabalhadores no capitalismo ou para fora dele! A partir do século passado, várias instituições sociais passaram a fazer o papel que a religião fez até meados do século 19.



O SANTA CRUZ



No Recife, o Santa Cruz é o clube mais próximo a reproduzir este papel vital da sociabilidade dos trabalhadores entre si. O Sport Recife, fundado por britânicos, tem forte ligação com a chamada pequena-burguesia urbana. O Náutico nasceu aristocrático, mas foi se complexificando ao longo da sua história. Há décadas, o Santa Cruz vem enfrentando dificuldades financeiras e problemas de gestão que agora se agravaram. O fato de ser um clube popular não justifica tais problemas. O Mestre José Nivaldo Júnior, aliás, já demonstrou neste jornal que o Santa Cruz tem jeito. Na atual ordem capitalista, onde o trabalho vai sendo precarizado, os direitos trabalhistas destruídos e os regimes neofascistas festejados como bons aliados, clubes como o Santa Cruz precisam se fortalecer.

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE

www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS



A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

 www.jornalopoder.com.br

**19H
NO SEU
CELULAR**

Sugestões de pauta:

redacaopoder@gmail.com

Anuncie:

comercialopoder@gmail.com

Filiado à

